

**IMPLANTAÇÃO DO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL NA UNIVERSIDADE
FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA**

**REPOSITORY OF DEPLOYMENT IN INSTITUTIONAL UNIVERSITY RURAL
FEDERAL AMAZON: EXPERIENCE REPORT**

Ana Cristina Gomes Santos¹

gomess_cristina@yahoo.com.br

Heloisa dos Santos Brasil²

heloisa.brasil@hotmail.com

Nilzete Ferreira Gomes³

nilzetegomes@yahoo.com.br

Resumo: Este relato versa sobre o processo de implantação do Repositório Institucional da Universidade Federal Rural da Amazônia. Tem-se como objetivo descrever o processo e a metodologia participativa empregada na implantação do Repositório. Para a elaboração deste relato de experiência, utilizou-se abordagem metodológica qualitativa, o tipo de pesquisa descritiva, a partir das seguintes técnicas de pesquisa: revisão de literatura e a observação participante. Infere-se que a implantação do referido Repositório é um processo que ocorre desde o ano de 2014, enfrenta dificuldades financeiras e estruturais, está sendo desenvolvido de modo articulado e organizado e constitui-se como um marco de conquista dos profissionais da informação que compõem o quadro da universidade.

¹ Bacharel em Biblioteconomia – UFPA. Especialização em Biblioteca Universitária - UFPA. Mestrado em Ciência da Informação - IBICT/UFRJ. Servidora pública - UFRA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4996455930908890>

² Bacharel em Biblioteconomia – UFPA. Especialista em Docência do Ensino Superior - UFT. Mestre em Profissional em Avaliação de Políticas Públicas - UFC. Servidora pública na Universidade Federal Rural da Amazônia. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9317298366824662>

³ Bacharel em Biblioteconomia – UFPA. Especialista em Biblioteconomia - FIJ. Servidora pública - UFRA. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3695804897254019>

Palavras-chave: Repositórios Institucionais. Repositórios Digitais. Acesso Livre. Recursos de Informação na Internet. Publicações de Acesso Livre.

1 INTRODUÇÃO

Sabe-se que é das universidades que advém a maioria da produção do conhecimento científico, isto ocorre pelo simples fato de deterem grande concentração de centros de pesquisas e de pesquisadores de alto nível. Sendo a pesquisa científica um dos princípios básicos das políticas educacionais, a qual compõe a linha tênue que envolve o tripé ensino, pesquisa e extensão do sistema universitário, torna as universidades protagonistas nesse cenário de produção do conhecimento.

Contudo, a produção do conhecimento exige medidas que facilitem a disseminação da informação,

Mais que isso, o sistema de comunicação científica demanda mecanismos que garantam a realização efetiva de todos os processos relacionados com a produção até o uso do conhecimento científico. Em suma, demandam mecanismos de gestão do conhecimento - GC -, os quais são indispensáveis à efetividade das funções desempenhadas pelo sistema de comunicação científica. (LEITE; COSTA, 2006, p. 207).

As transformações ocorridas nas últimas décadas decorrentes da globalização que afetaram as relações sociais, o mercado de consumidores, as relações econômicas, os aspectos geográficos e políticos trouxeram consigo paradigmas da produção acelerada e a necessidade, na mesma proporção, de criação de meios, sistema, parâmetros que geraram desafios nas mais diversas esferas de relacionamento para a disseminação da informação (MORIN, 2002, 1994; DEMO, 2000; HOBBSAWM, 1995; SOUZA, 2006).

As organizações públicas, principalmente as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), começaram a perceber que é necessário investir em disseminação do conhecimento, produzindo internamente não só no desejável, mas também o imprescindível para valorização do patrimônio intangível e efetivação de relações sustentáveis, no caso do setor da educação superior. Isso acontece, segundo Terra (2001) porque valores intangíveis como patentes depositadas, imagem, valor da marca, talento dos funcionários e capital intelectual agregado têm sido cada vez mais valorizado.

Davenport e Prusak (1998) destacaram que essa valoração dos intangíveis exigiam implementação de iniciativas com base em seus objetivos, identificando quatro tipos: a) criar repositórios de conhecimento; b) melhorar o acesso ao conhecimento; c) melhorar o ambiente do conhecimento; d) gerir o conhecimento como um bem.

No entanto, já alertava Leite e Costa (2006), que nesse contexto acadêmico, esses estudos, na maioria das vezes, lidam com o conhecimento científico sob o ponto de vista do desenvolvimento de tecnologias de informação ou então na mesma perspectiva do conhecimento organizacional e por ser o conhecimento científico peculiar, “são raras as iniciativas sobre a gestão do conhecimento científico resultantes de atividades de ensino e pesquisa no ambiente acadêmico”. (LEITE; COSTA, 2006, p. 6).

É nesse contexto de produtora de conhecimento técnico científico que a Universidade Federal da Amazônia (UFRA), a partir da sua equipe de bibliotecários, desenvolve esforços para implantar um sistema de comunicação científica para organizar e disseminar os resultados de suas pesquisas e da produção técnico-científica dos membros de sua comunidade acadêmica, denominado de Repositório Institucional da UFRA (RIUFRA).

Desta forma, a implementação de RIUFRA parece ser a ferramenta e o mecanismo que tornará viável a gestão do conhecimento através do processo de comunicação, armazenamento, compartilhamento e replicação de conhecimento.

O objetivo deste relato de experiência é apresentar o processo de implantação do RIUFRA, a partir da exposição da metodologia utilizada e da descrição das fases da implantação.

Tendo em vista que a UFRA possui um histórico de transformações, onde em 1951, iniciou suas atividades como Escola de Agronomia da Amazônia, depois em 1972 foi transformada em Faculdade de Ciências Agrárias e em 2002 ganhou status de universidade, como UFRA, traz consigo peculiaridades intrínsecas, que em alguns casos justificam o tratamento inadequado da informação. Como consequência tem-se a demora na construção de políticas e sistemas de disseminação da informação, o que é comum na maioria das universidades brasileiras. Por isso, a UFRA ainda não possui um banco de teses e dissertações.

Identifica-se como outro agravante para essa situação a equipe diminuta e a falta de políticas institucionais voltadas para este tema.

2 DESENVOLVIMENTO

A implantação do RIUFRA está em construção tendo como ponto de partida a análise da literatura especializada, a experiência de outras IFES e construção participativa de um projeto de Repositório Institucional, o qual foi submetido às instâncias superiores da UFRA e aprovado. A seguir apresentam-se: a revisão de literatura, que subsidiou a equipe que construiu o projeto, a

metodologia de elaboração deste relato de experiência e a descrição do processo de implantação do referido Repositório.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Gasque (2008, p. 109) conceitua a comunicação científica como “o processo que inclui as trocas entre membros das comunidades científicas para subsidiar as atividades de produção, uso e disseminação da informação”. Jambreiro et al. (2012) afirma também que a comunicação científica é vista sob dois aspectos: primeiro como o compartilhamento de ideias entre os investigadores, utilizando os caminhos tradicionais ou eletrônicos, formais ou informais; e segundo, como difusora do saber culto ou científico ao público laico.

Meadows (1999) afirma que não se pode precisar quando se iniciou a comunicação científica, mas pressupõe que seja na Grécia antiga; O que se sabe é que ela teve seu apogeu com a invenção da imprensa de Gutemberg no século XV, pois os textos impressos foram difundidos com maior rapidez, contribuindo com a disseminação de informações e assim impulsionando consideravelmente à transmissão de conhecimentos (GOMES, ROSA, 2010; PAVÃO, 2010).

No século XVII, a comunicação científica consolida-se, surgem os denominados “colégios invisíveis” de Robert Boyle, termo que descreve a comunidade de pesquisadores da *Royal Society de Londres*, os quais usavam correspondências para complementar às discussões científicas. Esta atividade originou os periódicos científicos, tendo como pioneiros: o *Journal des Sçavans* (Paris) e o *Philosophical Transactions* (GOMES, ROSA, 2010, p. 16).

O sistema de comunicação científica adquire um novo contexto no século XX, com o surgimento das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), pois com a explosão da informação o periódico científico é produzido com uma enorme variedade de títulos, este fato causou na década de 80, a chamada “crise dos periódicos”, tal evento fez com que às bibliotecas universitárias e de pesquisas americanas ficassem impossibilitadas de continuar adquirindo às revistas científicas pelo alto custo de manutenção das mesmas (MUELLER, 2006; SANTOS JÚNIOR, 2010; MARCONDES; SAYÃO, 2009).

É nesse cenário, especificamente na década de 90, que surge o movimento pelo Acesso Livre ao conhecimento científico e também a criação dos periódicos científicos eletrônicos, fatos estes que foram “um marco fundamental na mudança de paradigma da comunicação dentro da Ciência” (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 26).

A Convenção de Santa Fé (1999) é o movimento marco da Iniciativa dos Arquivos Abertos (OAI), novas definições são deliberadas para a publicação científica, tendo como princípios básicos: o auto arquivamento, a revisão pela comunidade e a interoperabilidade. O OAI vem fortalecer a infraestrutura de apoio a “publicações científicas online, repositórios temáticos e institucionais e também provedores de serviços que possibilitam a integração total de buscas e textos completos” (WEITZEL, 2006, p. 60).

Corrêa et al. (2012, p. 29) nos afirma que esse movimento surgiu de diversas manifestações a respeito do acesso livre, as quais foram de fundamental importância para a consolidação no mundo. Essas ações foram:

Budapeste (2002), Bethesda (2003) e Berlim (2003). No Brasil, houve o apoio do Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação Científica (2005), a Carta de São Paulo

(2005), a Declaração de Salvador (2005), a Declaração de Florianópolis (2006), a Carta aberta à SBPC (2006) e o Projeto de Lei 1120/2007.

Nesse mesmo período, começam-se também às discussões sobre a morosidade do modelo atual de publicação científica, àquele proposto por Garvey e Griffith como segue abaixo:

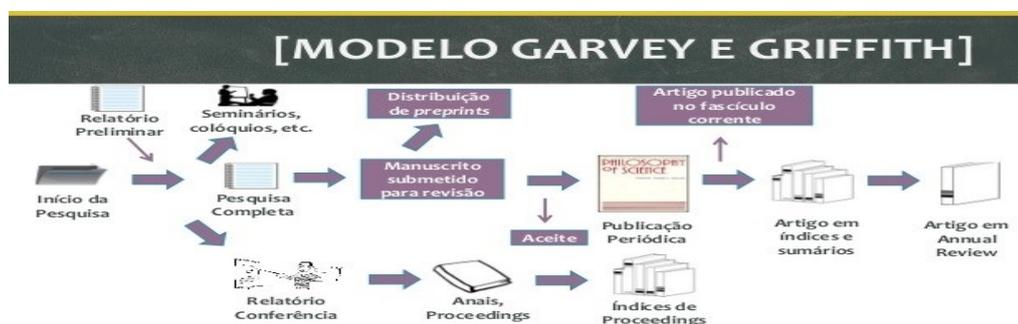


Figura 1 – Modelo tradicional da Comunicação Científica de Garvey e Griffith

Fonte: <http://image.slidesharecdn.com/aulas34-141117184309-conversion-gate02/95/cincia-sistema-de-comunicacao-cientfica-e-literatura-cientfica-25-638.jpg?cb=1416249881>

Esse modelo tradicional estava sendo criticado, pois demandava muito tempo até a publicação dos artigos dos pesquisadores, além de não prever as tecnologias digitais e não permitir o acesso irrestrito à produção científica; Além do mais, os editores científicos detinham os direitos patrimoniais, atribuíam preços exorbitantes e infligiam obstáculos ao acesso às publicações, o que limitou a visibilidade e o curso do conhecimento científico (LEITE, 2009).

Nesse contexto, surge um modelo alternativo e complementar da comunicação científica: os Repositórios Institucionais (RIs), os quais se mostram como solução para a comunicação da ciência, livre de barreiras e de acesso livre (LEITE, 2009; SANTOS JÚNIOR, 2010). Entre os RIs pioneiros

está o ArXiv, criado por Paul Ginsparg em 1991 no México, este armazenava artigos “não-revisados pelos pares, nas áreas de física, matemática, ciência da computação e ciências não lineares” (SANTOS JÚNIOR, 2010, p. 27).

Para concretização total do acesso livre à informação científica são propostos dois mecanismos que seguem o modelo Open Archives (TOMAÉL; SILVA, 2007): a **VIA DOURADA**, a qual permite que os periódicos científicos sejam disseminados livremente sem barreiras de acesso ou uso; e a **VIA VERDE**, a qual está relacionada com o auto arquivamento realizado pelos próprios autores nos RIs institucionais (GOMES, ROSA, 2010; LEITE, 2011; SANTOS JÚNIOR, 2010; SAYÃO et al., 2009).

Leite (2009) afirma existirem três tipos de repositórios: **Institucionais** (que se referem à produção universitária e de institutos de pesquisa); **Temáticos ou Disciplinares** (os quais tratam de áreas específicas do conhecimento/especializado) e de **Teses e Dissertações** (exclusivos para esses tipos de trabalhos acadêmicos).

Segundo Gomes e Rosa (2010), os RIs institucionais se originaram da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), criado pelo Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia (IBICT) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual já foi proposta baseada no modelo de Acesso Aberto e de interoperabilidade. Com isso observa-se que “A filosofia do acesso aberto está, então, na base dos repositórios” (TOMAÉL; SILVA, 2007, p.3).

“A implementação de repositórios digitais, ou repositórios de informação é uma das formas que as universidades – ou determinada área temática – dispõem para minimizar a falta de visibilidade de sua produção intelectual” (TOMAÉL; SILVA, 2007, p. 3). Por isso, nas universidades os RIs são utilizados

como mecanismo de divulgação científica dos seus pesquisadores, tendo como objetivos principais: “aumentar a visibilidade e o prestígio da universidade, aumentar o impacto dos resultados da pesquisa, preservar a produção intelectual da instituição, possibilitar acesso à produção científica da universidade” (VARGAS, 2009, p.23-24).

Percebe-se assim, que a implantação de RIs trazem enormes benefícios às universidades, pois dão uma contribuição considerável na “visibilidade, imagem e ‘valor’ público da instituição” (RODRIGUES, 2004, p. 31), exercendo o papel de indicador visível da qualidade universitária e com isso demonstrando a importância científica, econômica e social na sua missão de pesquisa, ensino e extensão à comunidade acadêmica.

Sayão et al. (2009, p.12) ressaltam ainda que:

Repositórios institucionais são entendidos hoje como elementos de uma rede ou infraestrutura informacional de um país ou de um domínio institucional destinados a garantir a guarda, preservação a longo prazo e, fundamentalmente, o livre acesso à produção científica de uma dada instituição.

Os pesquisadores das universidades são avaliados por sua produção científica e os RIs apresentam enorme destaque frente à comunidade científica, pois tornam sua pesquisa disponível no acesso aberto e de fácil alcance, dando prestígio a eles, assim como à sua instituição. Por isso Sayão et al. (2009, p.19) ressaltam que os:

Repositórios institucionais trazem agora para universidades e instituições de pesquisa a oportunidade de se fortalecerem institucionalmente a partir da visibilidade de sua produção acadêmica organizada e disponível, como um retrato fiel de sua instituição, a partir de seu repositório institucional.



A criação dos RIs envolve algumas fases, tais como: planejamento, implantação e funcionamento, as quais são correlacionadas e compostas de ações desempenhadas, para que a formação do repositório institucional tenha êxito (LEITE et al., 2012)

Para o planejamento dos RIs, Tomaél e Silva (2007, p. 4) recomendam que algumas decisões devem ser tomadas a respeito das políticas de gestão institucional baseadas nesse ambiente, por isso devem ser previstos:

- a) Responsabilidade pela criação, implementação e manutenção do repositório;
- b) conteúdo proposto e implementado;
- c) aspectos legais relativos a documentos e licenças de *softwares*;
- d) padrões;
- e) diretrizes para preservação digital;
- f) política e níveis de acesso;
- g) sustentabilidade e financiamento do repositório.

Blattman, Bahia e Silva (2011 apud LEITE, 2009, p.114-116) também explicam que os RIs devem ter às seguintes políticas para seu pleno funcionamento: de **Conteúdo** (informação armazenada e formatos de arquivos), de **Preservação** (ciclo de vida documental); de **Metadados** (definição do padrão utilizado e do responsável pela descrição ou revisão); de **Submissão** (etapas de apresentação do documento); de **Auto arquivamento** (Forma de depósito: autor ou mediador); e de **Acesso** (livre ou restrito à comunidade atendida).

Atendidos todos os requisitos necessários para a implantação dos RIs, não se deve esquecer que:

E imprescindível que essas políticas sejam muito bem explicitadas porque esses repositórios institucionais envolvem grandes mudanças na forma como a pesquisa é disseminada, publicada e preservada. Portanto, por dar nova configuração ao ambiente da comunicação científica, o estabelecimento de repositórios institucionais, além de considerar os aspectos técnicos, precisa levar em conta o ambiente e os atores da instituição, pois uma política de informação lançada em moldes



não participativos estaria fadada ao fracasso. (TOMAÉL; SILVA, 2007, p. 11).

É importante frisar, que os RIs são portadores da maximização da disseminação dos resultados da produção científica, isso tornam seus conteúdos disponíveis e acessíveis amplamente (LEITE et al., 2012), por isso são tão relevantes para as universidades.

2.2 METODOLOGIA

Para a elaboração deste relato de experiência adotou-se uma abordagem metodológica qualitativa, uma vez que não se tem como objetivo a generalização de resultados ou tentativa de comprovação de verdades, pretende-se descrever o fenômeno em análise. Segundo Godoy (1995), na pesquisa qualitativa se analisa um fenômeno envolvendo seres humanos e suas relações sociais, no contexto em que ele ocorre, neste caso, discorre-se sobre a implantação do RI na UFRA.

Além disso, a abordagem qualitativa se emprega a esta análise, porque as autoras fazem parte da equipe que construiu o projeto de implantação do RIUFRA e de acordo com Martins (2009) a pesquisa qualitativa tem como principal fonte de dados o ambiente natural, onde o pesquisador entra em contato direto e prolongado com o espaço no qual o fenômeno está inserido.

O tipo de pesquisa escolhido foi a descritiva, que é uma das principais características da pesquisa qualitativa, na qual se identifica, registra e analisa as características do fenômeno em questão (MARTINS, 2009).

As técnicas de pesquisa utilizadas foram: revisão de literatura e observação participante. Com relação à revisão de literatura Martins (2009) afirma que a partir dela o pesquisador constrói uma plataforma teórica sobre o

objeto investigado, assim analisou-se a literatura especializada para conhecer as características e critérios para a implantação de um RI.

A partir da observação participante o “pesquisador-observador torna-se parte integrante de uma estrutura social, e na relação face a face com os sujeitos da pesquisa realiza a coleta de informações, dados e evidências” (MARTINS, 2009, p. 87). Uma vez que as autoras fizeram parte da equipe da Biblioteca Central da UFRA que construiu o projeto de implantação do RIUFRA, essa técnica pode ser utilizada para descrever o processo, por meio das observações e anotações das pesquisadoras sobre os fatos ocorridos durante a criação do RI da UFRA.

A seguir apresenta-se o percurso de criação e início de implantação do RIUFRA.

3 RESULTADOS PARCIAIS

O desenvolvimento científico, tecnológico institucional e a disseminação do conhecimento passa pelo planejamento e investimentos para realizar-se de forma efetiva. Especialmente, as políticas de disseminação do conhecimento precisam da efetivação de canais que atendam essa demanda, dessa forma a criação de RI tem se mostrado eficiente nessa atuação.

Partindo dessa perspectiva, os profissionais que atuam na Biblioteca Central da UFRA sentiram necessidade de incluir no planejamento estratégico da Biblioteca a criação do RI, visando atender o fornecimento e a preservação dos recursos informativos relevantes para as atividades educativas, de investigação científica e tecnológica que decorrem da produção e divulgação científica dos membros da Universidade.

Os objetivos do RI foram elaborados a partir de elementos mais relevantes do Estatuto da UFRA, do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Plano Estratégico, que dizem respeito à ampliação da base de divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos desenvolvidos pela Instituição, que constituam patrimônio comum à humanidade e intensifiquem o saber através de suas publicações ou de outras formas de comunicação e assim alcançar institucionalmente objetivos estratégicos e operacionais.

Fases de desenvolvimento do RIUFRA

Para lograr êxito, o projeto foi construído de forma participativa por todas as Bibliotecárias do quadro efetivo da Biblioteca Central (BC) da UFRA e condensada em reuniões técnicas realizadas em datas pré-estabelecidas.

Primeira fase: março a julho de 2014:

O indicativo de interesse de construir o projeto foi apresentado por uma bibliotecária à Superintendência da Biblioteca, que por sua vez manifestou apoio e comunicou a Pró-reitora de Planejamento a intenção de criação do RI e a necessidade de alocar recursos no planejamento geral da Universidade.

Em seguida foi criada, de modo informal e interno na BC, uma comissão, formada por algumas bibliotecárias, para elaborar o projeto. Essa comissão construiu o projeto de RI, estruturado com: objetivos, missão, estrutura orgânica, recursos humanos, operacionalização etc. Este projeto foi submetido a toda a equipe técnica da Biblioteca que contribuiu na formatação final.

Nesse íterim, a equipe da BC arregimentou forças com dois estudantes de Sistema de Informação da própria universidade para customizar o software, culminando com a apresentação preliminar do projeto e do software

à Pró-reitora de Ensino, a quem a superintendência da Biblioteca está ligada organicamente na Instituição.

Segunda fase: agosto de 2014 a maio de 2016

Nesse período foi realizada visita técnica à equipe que gerencia o RI da Universidade Federal do Pará (RIUFPA), que forneceu apoio para o desenvolvimento do software e dos metadados que foram utilizados. Nessa reunião foi apresentada uma proposta inicial de arquitetura de informação, de acordo com a estrutura da UFPA e os metadados propostos para seguir o mesmo padrão já pensando na criação de uma rede de Repositórios Institucionais da Região Norte.

A equipe técnica da UFPA também sugeriu que seria importante adquirir junto a Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC), um espaço de armazenamento do Repositório que inicialmente poderia ser compartilhado e um domínio específico.

Com essas informações, durante o início do desenvolvimento da plataforma foi deliberado para os estudantes que o RI deveria conter apenas produção científica (artigo científico, tese, dissertação, livros, capítulo de livros e trabalhos publicados em eventos).

Enquanto a plataforma era desenvolvida, a equipe técnica de bibliotecários pensava na estrutura da Biblioteca para comportar esse novo serviço. Esse planejamento exigiu muito estudo da estrutura da UFPA e as possíveis incorporações de nova divisão e sessão na biblioteca. Chegou-se a conclusão que, é imprescindível que seja revisado o organograma da Biblioteca para adaptação de Divisões e Setores já existentes e a criação da Divisão de

Produtos Digitais que abrigará a seção de Repositório Institucional e seção de Web Site e Apoio Tecnológico da biblioteca.

Nesta fase, a biblioteca transformou o projeto de RI em processo administrativo, solicitando a sua criação oficial e a formação do Comitê Gestor da Política do RI, além disso, foi necessária a instauração de outro processo solicitando a revisão do organograma da biblioteca. Conforme figura a seguir.

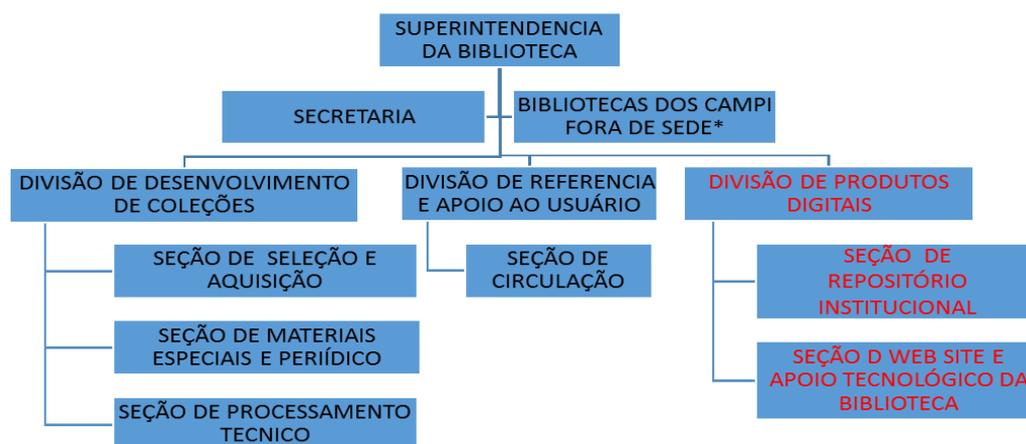


Figura 2 – Proposta de revisão do organograma da Biblioteca

Lourenço José Tavares Vieira da Silva

Fonte: Biblioteca (2015).

No período de tramitação dos processos a equipe técnica solicitou uma audiência com o Reitor e com o Pró-reitor de Ensino para apresentar os projetos encaminhados. O gestor mostrou interesse, mas apontou dificuldade em criar nova divisão e seção de trabalho pela impossibilidade de conceder gratificação ao profissional responsável pelo serviço. Apesar do indicativo de

interesse do gestor, o processo ficou parado desde outubro de 2014 até março de 2016.

Durante esse período de tramitação do processo de criação do RIUFRA, a equipe técnica continuou insistindo na solicitação de andamento do processo através de reunião com assessoria de Gestão e com Pró-reitor de Ensino mostrando a importância e a necessidade de formalização do processo de criação do RI.

Enquanto as questões burocráticas não se resolviam, a equipe participou de duas reuniões técnicas com gestores de repositórios da Região Norte e o IBICT, onde se discutiram as dificuldades de implantação de RI na Região e a importância de manter apoio e suporte institucional do IBICT para o fortalecimento das iniciativas e de criação de novos repositórios na Região Norte.

Em outubro de 2015, realizou-se a 6ª Conferência Luso Brasileira do Acesso Aberto, CONFOA, realizada na Universidade Federal da Bahia, Salvador, na qual não foi possível a participação da equipe, mas a coordenação da Rede de RIs da Região Norte, a Bibliotecária Graça Pena da UFPA, fez um relato informando a pauta discutida e a notória falta da representação da UFRA no evento, destacando que o processo do projeto de implantação do RI se encontra parado sem o parecer da Gestão. Esse relato foi encaminhado para a Reitoria que se mostrou sensibilizado e deu encaminhamento no Projeto para a agenda do Conselho Universitário (CONSUN), órgão máximo deliberativo da UFRA. O processo que se solicitou a criação do RI, também se requereu a designação do Comitê Gestor da Política do RI e a criação de uma Divisão de Produtos Digitais (DPD) na BC. Esse processo foi votado e aprovado pelo CONSUN no dia 06 de abril de 2016, e regulamentado pela Resolução 154, a qual aprova a criação do RI e a pela

Resolução 155, que cria a Divisão e o Comitê. Apesar de a proposta de reestruturação do organograma da BC ainda não ter sido apreciada pelo CONSUN, uma nova Divisão foi estabelecida na BC da UFRA.

Em 25 de maio de 2016, aconteceu a 4ª Reunião de Repositórios da Região Norte realizado em Macapá, novamente não foi possível a participação da equipe, por questões financeiras da instituição.

Terceira fase: a partir de junho de 2016 – até os dias atuais

Na perspectiva de efetivar o processo de implantação do RIUFRA, inicia-se a terceira fase de sua implantação, note a Figura 3 abaixo, de Leite (2009), na qual aponta às fases de construção de um RI:



Figura 3 – Fases da construção de repositórios institucionais de acesso aberto

Fonte: Leite (2009, p. 37)

Ao se analisar a figura acima se pode inferir que o RIUFRA se encontra na fase de implementação, isto porque o RI encontra-se formalmente criado, mas devido ao fato dos estudantes que desenvolveram o software terem se

formado e não estão mais residindo no Estado do Pará, a equipe de Tecnologia da Informação (TI) da UFRA terá que analisar o software para dá continuidade no seu desenvolvimento, além disso, depois do projeto original no ano de 2014, já ocorreram mudanças nos metadados, por isso terão que ser revistos.

O Comitê Gestor da Política do RI iniciou os trabalhos no mês de junho de 2016, seus membros estão trabalhando na elaboração a) da Política de Funcionamento do RIUFRA, b) Política de Depósito Obrigatório e c) Diretrizes para a criação das comunidades e d) Regulamento do Comitê Gestor da Política do RI.

Enquanto isso, a Superintendência de Biblioteca da UFRA articula com a gestão a efetivação da DPD na Biblioteca Central para assim iniciar os trabalhos de povoamento do RIUFRA.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância da criação do RIUFRA para a Instituição, é importante ressaltar que as políticas de informação, ainda embrionárias na UFRA constituem-se como um marco de conquista dos profissionais da informação que compõem o quadro da universidade. Espera-se que as prerrogativas das iniciativas necessárias na criação de repositórios de conhecimento, apontadas por Davenport e Prusak (1998): melhoraria do acesso ao conhecimento e do ambiente do conhecimento; que possa gerar o conhecimento como um bem para a comunidade local, sejam alcançadas pelo RIUFRA.

A partir do ano de 2010 a UFRA expandiu o seu quadro de bibliotecários e assim, atualmente, conta com a equipe de profissionais mais estruturada, os quais almejam a criação do RI para resgatar o potencial da informação

construída ao longo da história da Instituição, informação de legado imensurável para a Amazônia principalmente na área da Agronomia.

Há mais de dois anos empreendem-se esforços para a implantação do RIUFRA, processo que envolve várias dificuldades sejam elas de ordem financeiras e estruturais, mas atualmente o Repositório se constitui como uma realidade, haja vista que não é apenas um projeto, mas já existe formalmente na IFES.

Atualmente o RIUFRA possui um Comitê trabalhando na elaboração de políticas regulamentadoras do seu funcionamento, porém sabe-se que a implantação da DPD, que irá desenvolver o serviço do RI, será uma tarefa árdua, pois envolve a criação de vagas de concurso, alocação de recursos, criação de Funções gratificadas (FG), junto ao Ministério de Educação. Contudo, entende-se que o RI está sendo construído de modo articulado e organizado, tendo em vista a elaboração do projeto enviado ao CONSUN que aprovou juntamente o RIUFRA, a DPD e o Comitê Gestor, o qual já está em funcionamento.

Abstract: This record is about the process of implementation of the Institutional Repository of the Amazon Rural Federal University. It has been designed to describe the process and used participatory methodology in the implementation repository. To prepare this experience report, we used qualitative approach, the type of descriptive research from the following research techniques: literature review and participant observation. Infers that the implementation of that repository is a process that takes place since the year 2014, facing financial and structural problems, is being developed to articulate and organized manner and is constituted as a conquering milestone of information professionals that make up the university framework.

Keywords: Institutional Repositories. Digital Repositories. Free access. Information Resources on the Internet. Open Access Publishing.

REFERÊNCIAS

BIBLIOTECA LOURENÇO JOSÉ TAVARES VIEIRA DA SILVA. **Proposta de reestruturação de organograma da Biblioteca Lourenço José Tavares Vieira Da Silva**. Belém, 2014.

BLATTMANN, U.; BAHIA, E. M. S.; SILVA, L. H. G. In: VALLS, V. M.; VERGUEIRO, W. (Org.). **Tendências contemporâneas na gestão da informação**. São Paulo: Sociologia e Política, 2011. p. 109-120.

CORRÊA, T. P. P. et al. Implementação do repositório institucional da universidade federal do rio grande: uma visão através do catálogo decisório de autores. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v.17, n.1, p. 27-41, jan./jun., 2012.

DAVENPORT, T. H; PRUSAK, L. **Working knowledge: how organizations manage what they know**. Boston, MA: Harvard Business School Press, 1988.

DEMO, P. **Ironias da educação: mudança e contos sobre mudança**. Rio de Janeiro: DP&M, 2000.

GASQUE, K. C. G. D. **O Pensamento reflexivo na busca e no uso da informação na comunicação científica**. 2008. 241 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Departamento de Ciência da Informação, Brasília, DF, 2008.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20 -29, maio/jun. 1995.

GOMES, M. J.; ROSA, F. **Repositórios institucionais: democratizando o acesso ao conhecimento**. Salvador, BA: EDUFBA, 2010.

HOBSBAWM, E. **A Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598 p.



JAMBEIRO et al. Comunicação científica: estudo de caso sobre uma política de acesso aberto para a produção acadêmica. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 143-155, jul./dez. 2012.

LEITE, F. C. L. et al. **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012.

LEITE, F. C. L. **Modelo genérico de gestão da informação científica para instituições de pesquisa na perspectiva da comunicação científica e do acesso aberto**. 2011. 262 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2011.

_____. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto**. Brasília, DF: IBICT, 2009. 120 p.

LEITE, F. C. L.; COSTA, S. Repositórios institucionais como ferramentas de gestão do conhecimento científico no ambiente acadêmico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11 n. 2, p. 206-219, maio/ago. 2006.

MARCONDES, C. H.; SAYÃO, L. F. À guisa de introdução: repositórios institucionais e livre acesso. In: SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 9-21.

MARTINS, G. A. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MEADOWS, A J. **A Comunicação científica**. Brasília: Briquet de Lemos, 1999.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. **As grandes questões do nosso tempo**. Lisboa: Notícias, 1994.

MUELLER, S. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**. Brasília, v.35, n. 2, p. 27-38, maio-ago. 2006.

PAVÃO, C. G. **Contribuição dos Repositórios Institucionais à comunicação científica: um estudo na Universidade Federal do Rio Grande**

do Sul. 2010. 152 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) – Universidade do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

RODRIGUES, E. Acesso livre ao conhecimento: a mudança do sistema de comunicação da ciência e os profissionais de informação. **Cadernos BAD 1**, Lisboa, Portugal, n. 1, 2004.

SANTOS JÚNIOR, E. R. **Repositórios institucionais de acesso livre no Brasil**: estudo delfos. 2010. 181 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, DF, 2010.

SAYÃO, L. et al. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. 365 p. il.

SOUZA, D. B. L. Gestão do conhecimento nas organizações: desafios e oportunidades. **Estação Científica**, Juiz de Fora, n. 03, out. 2006.

TERRA, J. C. C. Gestão do conhecimento: aspectos conceituais e estudo exploratório sobre as práticas de empresas brasileiras. In: FLEURY, M. T. L.; OLIVEIRA Jr., M. M. **Gestão estratégica do conhecimento**: integrando aprendizagem, conhecimento e competências. São Paulo: Atlas, 2001. Cap. 7, p. 212-241.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. Repositórios Institucionais: diretrizes para políticas de informação. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., Bahia. **Anais...** Salvador, BA, 2007.

VARGAS, G. M. **Repositórios institucionais em universidades**: estudo de relato de casos. 2009. 82 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2009.

WEITZEL, S. R. O papel dos repositórios institucionais e temáticos na estrutura da produção científica. **Em Questão**, Porto Alegre, v.12, n. 1, p. 51-71, jan./jun. 2006.